

# A PESQUISA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

Marcelo Quintino Galvão Baptista  
*Departamento de Psicologia Experimental/UFPA*

**Resumo:** Buscamos fomentar discussões sobre a pesquisa científica na universidade pública nacional, nomeadamente no que tange à sua pertinência para a solução de problemas sociais. Para isso, situamos essa instituição no período compreendido entre os anos de 1950 e 1980, com destaque ao papel reservado à investigação e tecendo considerações críticas quanto aos reflexos do neoliberalismo sobre a mesma, nos dias de hoje. Finalmente, lançamos algumas questões que consideramos relevantes para reflexão acerca das perspectivas de futuro que se configuram para a pesquisa.

**Palavras-chave:** pesquisa científica, universidade pública, neoliberalismo, problemas sociais.

## RESEARCH IN BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITIES

**Abstract:** The aim of this article was to promote discussion on the status of scientific research in Brazilian federal and state universities, specifically regarding its application to the solution of social problems. To this end, reference is made to the institution as it evolved during the period from 1950 to 1980. Emphasis is given to the importance assigned to scientific investigations, taking into account current criticisms concerning the impact of neoliberalism. Finally, certain questions are raised, considered to be relevant for the future direction of research in these institutions.

**Key words:** scientific research, public universities, neoliberalism, social problems.

Concordamos plenamente com todos quantos defendem ser a pesquisa científica um fator fundamental de desenvolvimento de qualquer país. Esta pesquisa pode ter seu planejamento e implementação motivados não apenas pela busca, muitas vezes bem sucedida, de respostas a questões pertinentes no âmbito da própria ciência, gerando novos saberes, como também pela necessidade de se produzir tecnologia, a qual, ao invés de socialmente lesiva, pode e deve ter uma utilização que não frustre os anseios da maioria da sociedade.

É imprescindível, portanto, que sejam garantidas as condições necessárias e suficientes para a realização da pesquisa, independentemente de sua natureza pura ou básica, ou esteja voltada para o campo aplicado. É a sociedade, através de seus representantes, que deve pugnar tanto pelo vigor pleno dessas garantias – enquanto algumas dentre as várias prioridades a serem contempladas no delineamento das políticas públicas – quanto pela fiscalização efetiva da sua concretização no que concerne, especificamente, à polí-

---

Este artigo é parte do conteúdo da disciplina "Pesquisa em Metodologia de Ensino" sob a responsabilidade das profas. Dras. Aline Reali e Regina Tancredi, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (Doutorado em Metodologia de Ensino) da UFSCar.

tica de pesquisa.

E a política de pesquisa, sob nossa ótica, deve ter na comunidade da universidade pública como um todo, o principal apoio para o seu traçado e a sua concretização. Também, é o caráter público desta instituição que deve ser preservado para que, de fato, sejam geradas e multiplicadas sem descontinuidade as condições para a pesquisa, de forma que traga contribuições para a melhoria da vida social, atestada pelos seus indicadores básicos, tais como a saúde e a educação.

## A PESQUISA NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Antes de considerarmos o papel atribuído à pesquisa enquanto empreendimento científico desenvolvido na universidade pública brasileira, desde os anos de 1950 a 1980, pretendemos caracterizar, embora com brevidade, a compreensão que se tem desse empreendimento. Isto é necessário, tendo em vista a forma vulgarizada e, muitas vezes, destituída de rigor que tem assumido a utilização do conceito de pesquisa científica.

### COMPREENSÃO DE PESQUISA: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO

Há vários entendimentos sobre o que seja pesquisa científica, dadas as diversas definições de ciência. Para Lakatos (1990, p. 80), ciência é “uma sistematização de conhecimentos, um conjunto de proposições logicamente correlacionadas”. Estas proposições referem-se, segundo a autora, ao “comportamento de certos fenômenos que se deseja estudar”.

De um modo geral, a pesquisa científica é um conjunto de atividades de caráter intelectual que busca verificar possíveis relações entre fenômenos, eventos

ou acontecimentos, obtendo compreensão e explicação para a sua ocorrência. Em outras palavras, pesquisar é tentar resposta para uma determinada pergunta.

Segundo Luna (1991) a existência de uma **pergunta** que se deseja responder é uma necessidade, um dos requisitos para a pesquisa, independentemente do tipo de problema, do referencial teórico e da metodologia a ser empregada. Outro requisito, segundo o autor, é a elaboração e a descrição de um conjunto de **passos** que possibilitem a informação que responda à pergunta. E, finalmente, um terceiro requisito é a indicação do **grau de confiabilidade** da resposta obtida.

Embora impertinente para o objetivo deste trabalho, é conveniente considerarmos que, do ponto de vista teórico formal, tem sido prática tradicional o uso de uma classificação que divide de modo bem definido a pesquisa em **pura**, fundamental ou básica, e **aplicada** ou tecnológica. Se, por um lado, alguns pesquisadores insistem nessa classificação, por outro, há aqueles que a refutam; é o caso de Minayo (1993). Ao absorver a posição de Bulmer (*apud* Minayo, 1993, p. 88) diz que não existem limites bem claros entre os dois tipos de pesquisa, mas sim uma relação estreita entre ambos: “pesquisas teóricas podem ter importantes consequências práticas e pesquisas aplicadas certamente têm implicações e contribuições teóricas”.

### A PESQUISA CIENTÍFICA COMO PARTE DO PAPEL DA UNIVERSIDADE

No Brasil, a realização da pesquisa científica tem sido amparada institucionalmente. Dentre as instituições que a vêm realizando ao longo do tempo, cabe-nos destacar a universidade pública,

dada a sua importância nesse sentido.

A partir dos anos de 1930, as normas relativas ao ensino superior no país já explicitavam a estreita relação dessa atividade com a pesquisa, consagrada no princípio da indissociabilidade entre esses dois elementos, devendo tal princípio nortear as instituições de ensino superior (Paoli, 1988). Apesar de sua explicitação em termos normativos, tal indissociabilidade muito raramente tem existido de fato. Talvez porque as instituições universitárias públicas tenham sofrido diferenciações quanto às suas funções, compondo dois grupos: por um lado, o grupo daquelas consolidadas e cientificamente reconhecidas e, por outro, o grupo das periféricas. A diferenciação, na verdade, é tomada, por vezes, como justificativa para o uso mais adequado dos termos “universidades brasileiras”, ao invés de sua expressão no singular. Essa diferenciação, provavelmente decorrente de apoio também diferenciado, talvez explique uma vocação maior ou menor para o desempenho de uma ou outra função (a pesquisa ou o ensino), mas com raridade a conjugação das duas.

#### **CAMINHOS PERCORRIDOS PELA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: DE 1950 A 1980**

Dentre os intelectuais nacionais que se debruçam de forma muito incisiva sobre a situação da universidade pública brasileira, destacamos dois importantes – Cristovam Buarque e Marilena Chauí –, tendo em vista a análise contundente e perspicaz que tecem a respeito da função que está sendo dispensada a essa instituição, nos dias de hoje, e de como ela tem atuado no tocante à pesquisa. É uma análise pertinente, porque aborda criticamente a política oficial adotada com relação à

investigação, além de posicionar-se no sentido de que esta tenha a perspectiva de utilidade social, isto é, de estar sintonizada com as necessidades da sociedade.

Segundo Buarque (1988), a pesquisa na universidade tem refletido, de 1950 a 1980, condicionalismos tanto de ordem econômica, quanto política e social, caracterizados por acontecimentos concretos, tais como a industrialização do país e a vigência temporária de um período de totalitarismo, seguido de crise econômica e política.

Ao refletir sobre a qualidade do ensino na universidade, em termos de perda da capacidade de dar resposta àquilo que dela espera a sociedade, Buarque discute, implicitamente, também a pesquisa, durante esses anos. É assim que ele nos faz pensar a universidade na década de 1950 (Buarque, 1988, p. 121):

se, de repente, o Brasil voltasse aos anos 50, o observador perceberia uma mudança radical no comportamento da comunidade universitária, colocada diante do desafio de uma indústria nova, de uma modernização rápida. A universidade estava na vanguarda.

A motivação, de base econômica, para a universidade crescer e funcionar melhor, oriunda da eficiência demandada da industrialização, permanecia nos anos 70. Além disso, como aponta Buarque, havia uma outra motivação, de natureza política, responsável para que a universidade permanecesse na vanguarda, que era a luta contra o totalitarismo e a análise crítica ao modelo de universidade dele decorrente, mas sem que modelos alternativos fossem explicitados com clareza.

Paoli (1988, p. 37), discutindo a relação indissociável entre a pesquisa e o ensino no contexto nacional, apresenta-

nos o contexto político que caracterizou o período um pouco anterior a 1970, bem como o período correspondente a essa década. Diz que, em 1968, devido à edição do Ato Institucional n. 5 (AI-5), “houve um ‘fechamento abrupto’ nos canais de expressão por demandas no setor educacional”, o que implicou derrota para as propostas de inovação, particularmente, no campo da pesquisa. Portanto, é questionável a afirmação de Buarque de que inexistiam “modelos alternativos”, pois, para Paoli, as propostas de inovação, inviabilizadas pela edição do AI-5, tinham como objetivo “disseminar ‘atitudes’ científicas, ou seja, ‘predisposições’ para **conhecer** de forma inteligente e não apenas repetitiva e reprodutiva”.

Segundo Paoli (p. 41), houve vários tipos de resistência crítica “no pensamento pedagógico brasileiro” a esse fechamento que ocorreu naquele ano, embora sem êxito. Como uma das expressões de resistência, ele aponta que não foi por acaso que “a partir dos anos 70 tornaram-se cada vez mais presentes na pesquisa educacional as matrizes teóricas como ‘reprodução de ideologia’, ‘aparelhos ideológicos do Estado’, etc.”.

No final dos anos 80, segundo Buarque (1988), as transformações ocorridas perante a crise econômica e política fizeram mudar a realidade universitária desenhada para 1950 e 1970, levando a comunidade universitária a ficar “imersa em uma grande perplexidade, decorrente de muitas causas” (p. 122). O autor, infelizmente, não explicita quais eram as causas, embora se refira à crise gerada nos anos 80. Essa crise, continua Buarque, transcendeu a economia e a política, assolou todas as instituições, mas atingiu de forma mais intensa a universidade, produzindo essa perplexidade em sua comuni-

dade devido à carência de um novo projeto de trabalho. Um fato do qual a comunidade é consciente: “A comunidade universitária percebe isto. Sente a perda de sua função social e a carência de uma nova função que ainda não existe” (p.122).

O autor discute também, de forma explícita, o papel da universidade, relacionando-o com a produção do saber. Segundo ele, a produção do saber é movida por dois objetivos: “gerar saber, pelo simples valor estético do saber puro e pelo valor utilitário de dominar a natureza, pondo-a a serviço do homem” (p. 122). Mas Buarque considera a produção do saber como estando em crise, por duas razões:

o valor utilitário transformador entrou em desuso pela crise social; o valor estético entrou em crise pela perda da beleza do saber, contestado hoje no Ocidente – seja pela descoberta de formas alternativas de saber, seja pelas dúvidas geradas no relacionamento entre o saber e o mundo real, seja pela consciência das manifestações perversas provocadas pela ciência (p. 125).

Para ele, a crise é, entretanto, mais séria em algumas áreas, as tecnológicas, por exemplo, do que em outras. Nas áreas tecnológicas, a intensidade da crise deve-se ao fato de suas especificidades. Em decorrência disso, essas áreas “perderam grande parte do poder, seja de explicarem, seja de servirem à realidade social em mutação”, não se adaptando ainda “aos novos problemas, ficando presas à reprodução de tecnologias obsoletas” (p. 126)

Mas Buarque, ao referir-se ao caráter obsoleto de certas áreas tecnológicas, especificando as das engenharias e a da saúde, foge do sentido técnico de obsoleto, atribuindo-lhe uma significação

ócio-econômica. Para ele, as engenharias

se dedicam ao progresso através da procura de pequenas melhoras na eficiência dos automóveis, em vez de perceberem que se esperam da universidade novas concepções para o transporte. É o caso da saúde que se dedica a aperfeiçoar técnicas de diagnóstico individualizado por meio de sofisticados equipamentos, quando a evolução social exigirá atenderem às massas (p. 126).

A perda de qualidade da universidade a que Buarque se refere, particularmente no tocante ao seu papel de promover a pesquisa é, de fato, perda de sua capacidade de responder às novas perguntas postas pela sociedade. Em vez de investir nessa qualidade, a universidade busca respostas tradicionais. Portanto, é uma perda de qualidade no sentido de conteúdo. A universidade perdeu “o poder de usar o seu potencial para refazer o seu conteúdo conforme as exigências da sociedade ou as exigências de transformação da própria sociedade (...) deixou de ser vanguarda” (p. 127).

Buarque concebe uma saída, tímida e não claramente explicitada, para essa perda. É a retomada, pela universidade, da sua posição de vanguarda, para evitar o atraso do conhecimento. Porém, permanece o desafio: como retomar essa posição de vanguarda?

Parece-nos que a análise da situação da universidade pública nacional tecida por Chauí (1997) complementa as considerações de Buarque. Essa análise está centrada na ideologia neoliberal, que é uma ideologia a respeito do modo pelo qual o capitalismo contemporâneo se organiza para sobreviver. Chauí discute a universidade, começando pela análise de como a expressão dessa ideologia na sociedade através do modelo econômico que

vem sendo delineado nos últimos anos passa a expressar-se, aos poucos, também no seio dessa instituição pública brasileira. Para isso, ela leva em conta alguns traços dessa expressão na sociedade, até os meados dos anos 70, alertando sobre os seus perigos para a universidade, em particular. Dois princípios estavam na base da orientação capitalista neoliberal, quais sejam:

o princípio keynesiano de intervenção do Estado na economia por meio de investimentos e endividamento para distribuição da renda e promoção do bem-estar social, visando diminuir as desigualdades; e o princípio fordista de organização industrial baseado no planejamento, na funcionalidade e no longo prazo do trabalho industrial (...), e orientado pelas idéias de racionalidade e durabilidade dos produtos, e de política salarial e promocional visando a aumentar a capacidade de consumo dos trabalhadores (p.2).

Conforme Chauí (p. 1), o neoliberalismo nasceu em 1947 e tem como base o pensamento de um grupo de economistas, cientistas e filósofos, entre os quais Popper, Lippman, Hayek e Friedman. Esse grupo posicionou-se contra o surgimento do “Estado de Bem-Estar de estilo keynesiano e social-democrata” e contra a “política norte-americana do New Deal”, que se impôs no início dos anos 70. O grupo possuía um projeto econômico e político detalhado que objetivava o ataque ao denominado “Estado providência” com seus encargos sociais e sua função de regular o mercado. Para esse grupo, tal tipo de Estado opunha-se à liberdade dos cidadãos e era nocivo à competição – duas condições vistas como garantias da prosperidade.

De acordo com Chauí, a realidade econômica vivida pelo capitalismo no

início dos anos 70 permitiu que as idéias neoliberais se impusessem, graças a alguns acontecimentos, tais como taxas baixas de crescimento econômico e taxas altas de inflação. Além desses acontecimentos, a autora cita outros fatos que geraram credibilidade às idéias neoliberais, considerados pelos defensores destas como uma suposta explicação para a crise, dentre eles, o poder excessivo dos sindicatos e dos movimentos operários exercendo pressão por aumentos salariais e aumento dos encargos sociais do Estado. Assim, isso teria destruído os níveis de lucro das empresas e desencadeado os processos inflacionários incontroláveis.

Qual foi a solução para esse problema? Das medidas propostas pelo grupo neoliberal, apontadas por Chauí, citamos algumas: a isenção da participação do Estado no investimento público, gerando, em consequência, o incentivo de investimentos privados. Um Estado que, enfim, inviabilizasse o poder dos sindicatos e dos movimentos operários. Depois de delineadas essas medidas, tiveram, então, uma aplicação imediata no Chile, na Inglaterra, nos Estados Unidos, expandindo-se, posteriormente, “para todo o mundo capitalista (com exceção dos países asiáticos) e depois da ‘queda do muro de Berlim’, para o leste europeu” (p. 2).

Mas como a ideologia neoliberal afeta hoje a universidade pública brasileira no que tange às suas funções? Quais as possíveis consequências da implementação dessa ideologia no que diz respeito à pesquisa? Na tentativa de responder a essas questões, continuaremos, a seguir, tendo como referência a análise de Chauí e algumas considerações de outros intelectuais.

## A UNIVERSIDADE PÚBLICA E OS REFLEXOS DO NEOLIBERALISMO: QUAIS AS PERSPECTIVAS PARA A PESQUISA?

Um dos reflexos da ideologia neoliberal, na universidade pública do Estado de São Paulo e do país, como um todo, é, segundo Chauí (1997), o uso de uma avaliação acadêmica que não considere a especificidade dessa instituição, mas, ao contrário, uma avaliação feita pela ótica das relações de mercado.

A autora aponta alguns aspectos que dão sustentação a esse reflexo. Dentre eles, colocamos cinco em destaque: 1- a aceitação passiva da “destruição do ensino público de primeiro e segundo graus”; 2- a colocação do ensino superior público “a serviço das classes e grupos mais abastados”; 3- o uso, pelo corpo docente, de formas de “organização e luta corporativas por empregos, cargos e salários”, à semelhança dos trabalhadores das indústrias e dos serviços, deixando as questões sobre a “docência, pesquisa, financiamentos e avaliação universitária” sob os auspícios das “direções universitárias”; 4- a “tendência acrítica da privatização das pesquisas, perdendo de vista o papel público da investigação”; 5- a “aceitação de que o Estado seja desincumbido da responsabilidade pela pesquisa nas instituições públicas”.

Desses reflexos, o mais pertinente, para nós, é a implementação da política traçada para a pesquisa na universidade, imprimindo-lhe novos rumos, bem diferentes dos tradicionalmente adotados. De acordo com Chauí (p. 9), são rumos estabelecidos

a partir da idéia de ‘linhas de pesquisa’ (...) que faz sentido para as áreas que operam com grandes labo-

ratórios e com grandes equipes de pensadores, mas que não faz nenhum sentido nas áreas de humanidades e nos campos de pesquisa teórica fundamental.

Uma séria implicação, a de subordinar a produção do conhecimento “à lógica do mercado” é, conforme adverte Chauí (p. 20), a “ausência do princípio democrático de autonomia e da liberdade (...), uma vez que a utilização dos resultados científicos não é determinada nem pelos pesquisadores nem pelo poder público”. Outra importante implicação é o “reforço da privatização do que é público”, pois os pesquisadores são formados nas universidades graças aos recursos oriundos da sociedade, mas são usados pelos financiadores “para fins privados”.

Qual, de fato, a finalidade da pesquisa sob o império da ideologia neoliberal? Esta é uma pergunta que deduzimos das preocupações de Chauí. Afinal, como ela menciona, em vez de a ciência e a tecnologia gerarem o conhecimento pela pesquisa e a partir de sua aplicação, em conformidade ao que era esperado, isto é, atuando “contra as superstições”, a ciência e a tecnologia criam “novos mitos e magias”. Desvirtuado o seu papel enquanto libertadoras das “carências naturais”, a ciência e a tecnologia fomentam “guerras e genocídios”. Portanto, segundo essa intelectual, a ciência e a tecnologia assumem uma função ameaçadora, tornam-se poderes incontroláveis, gerando medo e violência.

Encontramos a mesma crítica em Byington (1997, p. 47), em referência à ciência e ao seu subproduto tecnológico:

Com Nagasaki e Hiroxima, os cientistas ficaram perplexos. Einstein não! Ele sabia o que ia acontecer. Ele tinha escrito ao presidente Roosevelt para fazer a bomba antes de

Hitler, mas depois que a Alemanha se rendeu, usou toda sua influência para não usarem a bomba. Mas Roosevelt morreu e a bomba foi usada. Então a ciência e o Ocidente ficaram perplexos e horrorizados com sua destrutividade e tudo passou a ser questionado.

No âmbito do papel da universidade, no contexto nacional, qual a importância da geração do saber, via pesquisa?

Para Belloni (1992), não obstante a discussão sobre conceitos diversos de universidade e suas funções em tempo e espaço diferentes, o papel básico dessa instituição, assim como o de outras instituições sociais, é o de gerar o saber, mas um saber voltado, particularmente, “para o encaminhamento da **solução dos problemas** atuais (...) e prementes dos grupos sociais majoritários” (p. 73).

Assim como Chauí postula, para Belloni, o cumprimento do papel da universidade passa necessariamente pela “reafirmação do caráter público da educação”, a prestação de um “serviço ou um bem que deve ser acessível a toda a população” (p. 75).

Mas a posição que Belloni sustenta a respeito do papel da universidade enquanto uma instituição que deve manter inviolável seu caráter público em todas as suas atividades, parece confrontar com a postura assumida por alguns intelectuais, relativamente a esse papel. Apresentaremos, a seguir, algumas idéias que retratam essa postura, a título de contraste e para uma reflexão crítica.

Claudio de Moura Castro, tido como um idealizador da política neoliberal no Brasil, concebe a junção entre a pesquisa e o ensino nas universidades públicas do país enquanto um mero dogma, tendo como parâmetro as universidades francesas e norte-americanas. Num

pronunciamento público, Castro (1997) declarou que o ensino e a pesquisa quando são realizados concomitantemente por certas universidades americanas não são atividades melhores do que o ensino e a pesquisa levados a cabo, isoladamente, nas instituições não universitárias. Segundo ele, nos Estados Unidos, a pesquisa - quando existe nas instituições de ensino superior - é exercida por poucos profissionais e, no Brasil, gastam-se muitos recursos financeiros com pouca pesquisa, sem haver melhora na qualidade do ensino.

Em outro pronunciamento, Castro (*apud* Rossetti, 1996) foi coerente com a mesma análise, ao propor uma separação de funções da universidade. Assim, segundo ele, deveria haver quatro tipos distintos de universidades, consoante as suas funções diferenciadas: 1- as universidades voltadas para a formação de **elites**, tendo para isso a implementação da pesquisa; 2- as universidades voltadas para a formação de **profissionais**, via atuação de docentes com experiência atrelada ao mercado de trabalho; 3- as universidades voltadas para a formação de **técnicos**, com o apoio direto de empresas e universidades; 4- as universidades voltadas para a **educação geral**.

A análise de Castro pode ser vista como tendo produzido, enquanto um de seus desdobramentos, a influência decisiva para a legitimação dos chamados "centros de excelência". Estes são um dos reflexos da adoção da política oficial neoliberal que pode ser vista como privilégio de algumas universidades em detrimento de outras. A instituição, em 1996, do Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência (Pronex) é um indicativo disso.

O Pronex foi criado para financiar projetos de pesquisa de alta qualidade ao longo de quatro anos. Segundo Bona-

lume Neto (1997), concorreram para o Pronex, desde sua implementação, 451 projetos com pedidos de verba em torno de R\$ 958 milhões. Desse total, foram, entretanto, destinados R\$ 94 milhões a 77 projetos, indicando falta de uma certa fluidez na liberação de dinheiro para a viabilização do programa.

Adicionado a isso, Bonalume Neto concebe a política de liberação dos recursos do Pronex como sendo altamente concentradora. Vejamos os dados que o demonstram: do total de 77 projetos que efetivamente receberam recursos, 30 foram provenientes de São Paulo; 25 do Rio de Janeiro; 13 da Região Sul e 7 de Minas Gerais. Apenas 2 projetos referiam-se ao Nordeste. As regiões Norte e Centro-Oeste, apesar de possuírem alguns pesquisadores "vinculados aos grupos premiados", não tiveram nenhum projeto contemplado.

Cabe-nos lançar algumas questões em torno do Pronex: 1- de onde são provenientes os recursos para a sua implementação?; 2- mesmo para as instituições universitárias contempladas por esse programa, quais os meios de garantia de que os recursos dele derivados serão **devidamente** aplicados de forma a beneficiarem a pesquisa?; 3- qual a garantia da **continuidade** desses recursos?; 4- particularmente, no âmbito de cada universidade, qual o **destino** dos cursos que, embora não tenham sido beneficiados pelo Pronex, têm potencialidade para a implementação da pesquisa?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa análise dos caminhos percorridos pela universidade pública brasileira durante anos e tendo em vista as perspectivas que se configuram para a

instituição, levam-nos a concluir que é imprescindível que sejam fomentadas, de fato, condições que garantam a implementação da pesquisa científica no seio da universidade, visto que constitui uma importante e indispensável força motriz de desenvolvimento do país.

Inquieta-nos sobremaneira a situação real em que se encontra a universidade nos dias de hoje. São diversos os problemas relacionados à instituição, dentre os quais, a carência progressiva de recursos financeiros, materiais e humanos. Inquestionavelmente, isso ameaça viabilizar a realização de suas funções, especialmente a pesquisa. É, pois, uma inquietação plausível, justificável e pertinente, se levarmos em conta a rapidez com que esses problemas se acentuam, provavelmente em grande parte decorrentes das diretrizes estabelecidas oficialmente para o funcionamento dessa instituição no âmbito nacional, apontando novos rumos para o seu futuro.

Os novos rumos parecem ser claros. Podemos destacar dois dos seus aspectos: 1- a **diferenciação** inequívoca da universidade pública quanto às suas funções (mas sem a explicitação de garantia alguma para evitar que sejam indissociáveis entre si), o que pode implicar a existência de **universidades** diversas em detrimento da chamada universidade brasileira; 2- a pesquisa sendo implementada enquanto **privilegio** de poucas instituições – os “centros de excelência”. Esses “centros” constituem a principal diferenciação entre as universidades; uma diferenciação oficialmente planejada, conforme aponta Santos (1997). O desdobramento da implicação do primeiro aspecto, em decorrência da falta de garantia para a não separação de suas funções, poderá ser a caracterização pura e simples de inúmeras

**universidades-escolas de terceiro grau**, voltadas ao ensino, mas à margem das poucas universidades com condições para se dedicarem à investigação científica.

Seremos capazes de vislumbrar alguma perspectiva de alteração positiva desse quadro, de sorte a haver alteração, particularmente, do destino à pesquisa? Talvez sim, se formos nutridos pela mesma esperança de Chauí (1997, p. 23), que aposta na possibilidade de uma mudança. Encontramos essa esperança nas palavras pelas quais ela concebe a ideologia neoliberal e as condições que a determinam: “não é uma **lei natural** nem uma **fatalidade cósmica** nem muito menos o **fim da história**” (grifos nossos). Talvez sim, mesmo constatando uma progressiva perda da força de organização da comunidade universitária nos últimos anos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLONI, I. Função da universidade: notas para reflexão. In: BRANDÃO, Z., WARDE, J., IANNI, O. *Universidade e educação*. Campinas: Papyrus; CEDES; São Paulo: ANDE; ANPEd, 1992. p. 71-78.
- BONALUME NETO, R. Pesquisa científica. *Jornal Folha de São Paulo*. São Paulo, 15 jul., 1997. Caderno 3, p.7-8. <http://fws.vol.com.br>.
- BUARQUE, C. A qualidade da qualidade. *Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras*, v. 10, n. 20, p. 121-129, 1988.
- BYINGTON, C. A. B. A pesquisa científica e acadêmica na perspectiva da pedagogia simbólica. In: FAZENDA, I. C. A. (Org.). *A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento*. Campinas: Papyrus, 1997. p. 43-73.

- CASTRO, C. de M. Uma herética separação entre ensino e pesquisa. *Revista Veja*, n. 22, p. 142, 1997.
- CHAUÍ, M. *Ideologia neoliberal e universidade*. São Carlos: UFSCar, 1997. Palestra proferida como atividade da calourada.
- LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1990.
- LUNA, S. O falso conflito entre tendências metodológicas. In: FAZENDA, I. (Org.) *Metodologia da Pesquisa Educacional*. São Paulo: Cortez, 1991. p. 21-33.
- MINAYO, M.C. de S. *O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 2. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1993.
- PAOLI, N. J. O princípio da indissociabilidade do ensino e da pesquisa: elementos para uma discussão. *Cadernos CEDES*, n. 22, p. 27-52, 1988.
- ROSSETTI, F. BID reavalia o conceito de universidade. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 set. 1996. Caderno 3, p. 10.
- SANTOS, B. de S. *Pela mão e Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.